

ARTIGOS

CAPITAL SOCIAL E TURISMO SOLIDÁRIO: A INCOESÃO DA COESÃO NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O SERRO

Weber Soares¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Flávia Pires Barbosa²

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

Enviado em 27 jul. 2019 | Aceito em 7 abr. 2021

Resumo: Decorrente do tipo de capital social que consiste em laços de reciprocidade e de confiança mútua entre atores envolvidos na ação coletiva, a cooperação constitui a chave mestra do desenvolvimento sustentável para os formuladores do Programa Turismo Solidário – PTS. Se para a plena realização dos objetivos desse Programa, fazia-se necessário um estoque satisfatório de capital social circulante nas redes sociais das localidades serranas que foram por ele contempladas, então, analisar as conexões entre a perspectiva relacional do capital social e o problema da ação coletiva sumariza a ordem de preocupações que leva à consecução deste artigo. O recurso ao arcabouço teórico e metodológico da Análise de Redes Sociais para lançar luz sobre essas conexões mostrou que a concepção e a forma pela qual o PTS foi implantado em São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari responderam pela incoesão das redes sociais do turismo e, com isso, pelo insucesso do PTS.

Palavras-chave: Capital Social. Ação Coletiva. Turismo Solidário. Desenvolvimento Sustentável. Análise de Redes Sociais.

SOCIAL CAPITAL AND SOLIDARITY TOURISM: THE DISCOHESION OF COHESION IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT POLICY FOR SERRO

Abstract: For the creators of the Programa Turismo Solidário – PTS (Solidarity Tourism Program), cooperation is the master key of sustainable development. It results from a kind of social capital that consists of bonds of mutual trust among the actors involved in the collective action. Therefore, the complete fulfillment of the program's objectives demanded a sufficient supply of social capital circulating through the social networks of the localities in the Serro area included in the PTS. This paper aims to analyze the connections between the relational perspective of social capital and the problem of collective action in this sociospatial context in Minas Gerais. Resorting to the theoretical and methodological framework of Social Network Resorting to the theoretical and methodological framework of Social Network Analysis in order to clarify these connections allowed us to see that the formulation of PTS and how it was implemented in São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari contributed to the lack of cohesion in the tourism social networks and, as a result, the failure of PTS.

Keywords: Social Capital. Collective Action. Solidarity Tourism. Sustainable Development. Social Network Analysis.

CAPITAL SOCIAL Y TURISMO SOLIDARIO: LA DESCOHESIÓN DE LA COHESIÓN EN LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOSTENIBLE PARA SERRO

Resumen: Para los creadores del Programa Turismo Solidario – PTS, la cooperación es la llave maestra del desarrollo sostenible. Ella es el resultado de una especie de capital social que consiste en lazos de confianza mutua entre los actores involucrados en la acción colectiva. Por tanto, el pleno cumplimiento de los objetivos del programa exigía una oferta suficiente de capital social circulando a través de las redes sociales de las localidades del Serro incluidas en el PTS. Este artículo tiene como objetivo analizar las conexiones entre la perspectiva relacional del capital social y el problema de la acción colectiva en este contexto socioespacial en Minas Gerais. Recurrir al marco teórico y metodológico del Análisis de Redes Sociales para aclarar estas conexiones nos permitió ver que la formulación del PTS y cómo se implementó en São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari contribuyeron a la descohesión en las redes sociales turísticas y, como consecuencia, al fracaso del PTS.

Palabras clave: Capital social. Acción colectiva. Turismo solidario. Desarrollo sostenible. Análisis de redes sociales

1. Doutor em Demografia; professor do Instituto de Geociências – IGC/UFMG; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0583-1359>. E-mail: weber.igc@gmail.com.

2. Doutora em Geografia; analista de turismo – CODEMGE/MG; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1421-4512>. E-mail: pires_flavia@yahoo.com.br.

Introdução

No Brasil, o turismo tem sido acionado pelos formuladores de políticas públicas de cunho desenvolvimentista como uma espécie de panaceia para a redução das desigualdades socioespaciais desde o final dos anos 1990. Em Minas Gerais, a política de inspiração desenvolvimentista mais incisiva, proposta, em 2003, pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais (SEDEVAN) com o intuito de articular desenvolvimento sustentável e turismo de base solidário, recebeu o nome de Programa Turismo Solidário – PTS. Entre as vinte e duas localidades, isto é, sedes municipais, distritos ou povoados, pertencentes às regiões norte e nordeste de Minas Gerais contempladas no Programa, situavam-se, no município do Serro, três delas: os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e o povoado de Capivari.

No Serro, território complexo e heterogêneo que tem sua gênese no início do século XVIII com a descoberta do ouro, a atenção do PTS se voltou para essas localidades serranas por causa, sobretudo, de seu acervo histórico-cultural relativamente preservado e de seus atributos paisagísticos e naturais. Além disso, a iniciativa, no campo das políticas públicas, de estimular o desenvolvimento sustentável do município do Serro através de investimentos no setor do turismo levou em conta as condições precárias de vida de suas comunidades, que ainda hoje sofrem com a carência de disposições sociais básicas, como saúde e educação.

O termo solidariedade, qualificador do tipo de turismo pretendido pelo PTS, remete a um arco de expectativas e de propósitos que percebia a cooperação como condição *"sine qua non"* para o sucesso da implantação do turismo solidário em São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari. A cooperação, resultante deste tipo de capital social que é atmosfera geral de confiança entre os agentes envolvidos na ação coletiva, seria a chave mestra para, através do PTS, promover o desenvolvimento sustentável. Na articulação com o capital social, a ordem de causalidades dos componentes que sustentam a ação coletiva seria: a confiança enseja a coesão social; a coesão propicia a cooperação; a cooperação, por sua vez, fomenta a participação, que é o sustentáculo da ação coletiva. A questão que se coloca é, então, a de saber se o capital social circulante nas redes sociais de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari, isto é, o nível de coesão das redes, era suficiente para garantir a mobilização e o compromisso dos atores, ação coletiva, com a plena realização dos propósitos do PTS.

A Análise de Redes Sociais reúne um conjunto de ferramentas matemáticas que torna possível a representação dos vínculos entre as pessoas e a apreensão de aspectos essenciais da estrutura social. Dado que o capital social resulta da associação entre a estrutura social e as posições nas quais se encontram os atores nessa estrutura, o arcabouço teórico e metodológico da Análise de Redes Sociais mostra-se apropriado para captar e analisar os padrões relacionais predominantes nas redes sociais diretamente comprometidas com a realização do PTS em São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e Capivari.

Apesar de as medidas de rede utilizadas para apreender o capital social nessas três localidades do município do Serro assinalarem ambientes sociais propícios à implantação do PTS, os conflitos ocorridos entre os atores que ocupavam as posições estruturais mais importantes nas redes de turismo, a carência de capital social dos atores do poder público responsáveis pela implantação do Programa, a concepção parcial do conceito de solidariedade da parte dos

idealizadores do PTS e a imposição de um tipo de prática turística de natureza competitiva inédita em São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e Capivari respondem pela incoesão das redes sociais que aí se formaram devido ao PTS e pelo insucesso dele.

Ao privilegiar a perspectiva relacional tanto para tratar as premissas teóricas que fundamentaram o PTS quanto para identificar as propriedades estruturais das redes sociais correspondentes a São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e Capivari, este artigo, em contraposição às perspectivas economicistas do desenvolvimento que, com otimismo ingênuo, veem o turismo como ferramenta de combate a pobreza regional, põe em evidência os conflitos e interesses que toda política pública encerra.

Turismo como fator de desenvolvimento

Considerado a porta de entrada do Vale do Jequitinhonha, o município do Serro encontra-se numa das regiões mais pobres e complexas de Minas Gerais. Os diagnósticos que se fazem do Vale carregam no trágico e, muitas vezes, naturalizam processos e situações que são, sobretudo, histórico-sociais; já os programas, projetos e planos que se ocuparam do desenvolvimento do Vale, resultaram, quase sempre, em fracasso (RIBEIRO *et al.*, 2004).

O fraco desempenho econômico do Vale do Jequitinhonha, nas últimas décadas, e, é claro, do município do Serro (IBGE, 2006, 2010; PNUD, 2013), motivou a elaboração de programas e de projetos, empreendidos ora pelo Estado ora pela iniciativa privada, que visavam à promoção do desenvolvimento econômico regional. Desde a segunda metade dos anos 1990, o turismo tem sido acionado, na esfera de formulação de políticas de cunho desenvolvimentista, como uma espécie de panaceia para a redução das desigualdades socioespaciais. O que se percebe, entretanto, é que políticas dessa natureza endereçadas ao Vale do Jequitinhonha são concebidas e implantadas sem a participação efetiva das comunidades a que elas se destinam; daí a ineficácia delas, ou seja, nas palavras de Ribeiro *et al.* (2004, p. 01) “a impermeabilidade do Alto Jequitinhonha a essas políticas deve-se em grande parte à sua formulação genérica, que tem desconsiderado as singularidades da história e do ambiente”. Ao que sinaliza a literatura, não seria, então, por falta de diagnósticos, de planos e de políticas que o Vale do Jequitinhonha tem se mantido economicamente pobre. Tal situação dever-se-ia, em parte, à negligência dos elaboradores de políticas públicas de desenvolvimento em relação às singularidades das dinâmicas socioespaciais correspondentes a essa região mineira.

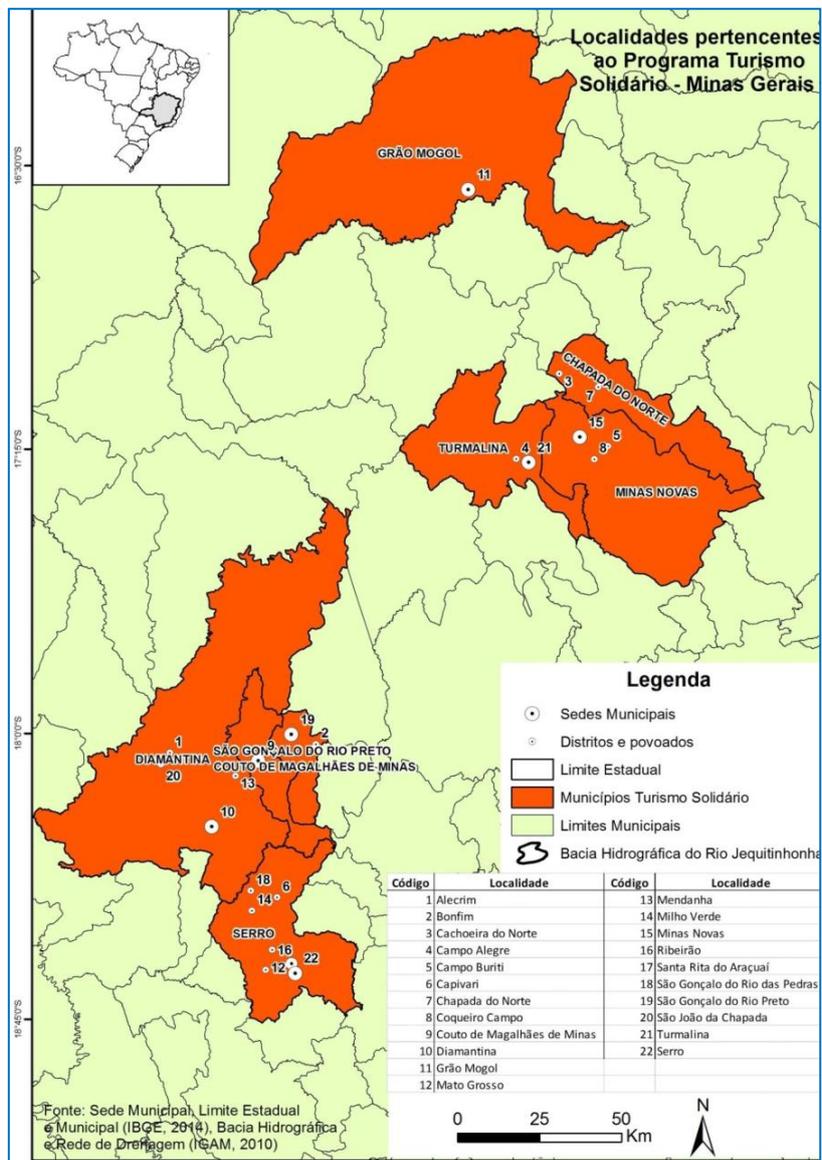
A perspectiva simplista de tratar o turismo como catalisador da dinâmica macroeconômica cedeu lugar à concepção de caráter mais crítico e/ou conciliador que se serve do turismo em conformidade com o paradigma do desenvolvimento sustentável. É nos marcos desse paradigma que ganha corpo o turismo solidário. Dois seriam os propósitos que supostamente deveriam orientar as ações concernentes ao turismo solidário: i) reduzir ao mínimo o impacto negativo da atividade turística na esfera local; e ii) fortalecer as sociedades locais por meio do apoio a dinâmicas econômicas autônomas (GUZMÁN; TORRE; NAVARRO, 2007). O turismo solidário visa, principalmente, ao benefício das populações diretamente contempladas por ele; é um tipo de atividade econômica que valoriza as identidades culturais e territoriais, que pretende a proteção do patrimônio local e leva em conta a participação comunitária.

No Brasil, foi apenas em 2008 que o Ministério do Turismo, por meio do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades ligadas ao turismo de base comunitária e a alocar recursos para iniciativas voltadas a esse fim. Em terras mineiras, a proposta mais incisiva do governo do estado a respeito da formulação de políticas que articulam a noção sustentável de desenvolvimento e a de turismo de

base comunitária foi o Programa Turismo Solidário - PTS. Programa esse que surge num contexto nacional e regional de apoio ao microempreendedorismo e de reconhecimento do turismo como importante ferramenta de estímulo ao desenvolvimento sustentável.

Elaborado em 2003 pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais (SEDEVAN), órgão vinculado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), o PTS aspirava, através do estímulo à atividade turística, ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha de modo que sua tradição cultural fosse preservada. A essa luz, o SEBRAE/MG, braço operacional do PTS, realizou, com base no levantamento do potencial turístico e do grau de desenvolvimento segundo o IDH, um diagnóstico que contemplava a seleção de vinte e duas localidades, entre sedes municipais, distritos e povoados, todas localizadas nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais. No município do Serro, foram selecionados os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e o povoado de Capivari, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Mapa dos municípios, distritos e povoados que fazem parte do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa e Eric Oliveira Pereira, 2018.

Em setembro de 2005, iniciou-se, com apoio de técnicos do SEBRAE/MG em parceria com a SEDVAN, a capacitação de famílias moradoras de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari para receber e hospedar turistas. O treinamento dessas famílias consistiu na oferta de cursos sobre a organização dos domicílios e hospitalidade, empreendedorismo e atendimento ao cliente, operacionalização e comercialização de produtos turísticos, formação de condutores locais, boas práticas quanto à produção de alimentos *etc.* Depois desse treinamento, formaram-se alguns grupos gestores de pessoas envolvidas com o PTS sob a liderança de presidentes e vice-presidentes escolhidos através de eleições das quais participaram os integrantes de cada um desses grupos. Esse conjunto de ações e a formulação do próprio PTS assentaram-se na premissa de que o contato mais direto da comunidade local com o turista implicava, forçosamente, que esse mesmo turista deveria ficar hospedado em receptivos familiares serranos (BARBOSA, 2018).

O fim institucional do PTS ocorreu em 2013, porque o governo do estado de Minas Gerais já não mais investia financeiramente no Programa desde 2010 e o que era repassado ao IDENE constituía apenas a contrapartida de recurso proveniente do Ministério do Turismo.

Na relação entre o turismo e a perspectiva sustentável do desenvolvimento, tem sido o turismo concebido “como ferramenta política, econômica e indutora de um movimento de revalorização estética das paisagens naturais e de formas culturais” (LUCHIARI, 2002, p. 112) para transformar os lugares em mercadorias atrativas economicamente. Todavia, os apelos à preservação ambiental e à inclusão social na retórica de formulação do PTS mostram-se, no campo prático, frágeis, porque a condução das ações que levariam ao suposto desenvolvimento sustentável ficou, via de regra, a cargo dos formuladores da política e dos próprios turistas, sem que o alardeado protagonismo da população local encontrasse guarida nos marcos dessa razão utilitária (BARBOSA, 2018).

Resta saber o sentido assumido pelo termo solidariedade no âmbito do PTS. Que arco de expectativas e de propósitos o recurso à solidariedade no PTS pretendia ver cumpridos? Dois registros de significado abarca a noção de solidariedade que ancorou a feitura do PTS: num deles, encontra-se uma espécie de solidariedade estatal, o que remete ao tipo de organização política e econômica conhecida como Estado do Bem-Estar Social; e, noutro, a solidariedade dos turistas. O Estado do Bem-Estar Social encontrou na doutrina do solidarismo - conjunto de preceitos básicos articulados em torno da cooperação entre os homens e da defesa do bem comum, que fundamentavam a corrente republicana predominante na política mundial durante grande parte do século XX - sua justificativa moral. Os resultados políticos dessa doutrina foram o de situar o Estado na importante posição de redistribuir ganhos e perdas sociais.

Quanto à solidariedade dos turistas, a intenção dos idealizadores do PTS foi a de trabalhar com um perfil de turista mais humano e solidário, com um tipo de turista corresponsável pela superação das desigualdades socioespaciais, com um parceiro diligente na condução de ações que contribuíssem para o sucesso do Programa. Desde o início, o foco do PTS esteve voltado ao atendimento de uma demanda capital: aumentar o fluxo de turistas que estivessem dispostos a vivenciar a realidade sustentável e, com isso, contribuir na promoção do desenvolvimento local. Assim, o termo solidariedade vinha associado à obrigação moral de ajudar, de amparar, vinculado à noção de caridade fraterna que encontra lastro na ética cristã.

Em síntese, o PTS carrega um apelo explícito à sustentabilidade e à solidariedade: no primeiro caso, o apelo remete à redução, ao mínimo, do impacto negativo da atividade turística sobre o ambiente e ao fortalecimento das sociedades locais por meio de apoio às dinâmicas econômicas autônomas; no segundo, ao engajamento dos turistas para moderar as desigualdades socioespaciais através do estreitamento das relações entre eles e os membros da comunidade local. O que se espera

do turista é que tenha solidariedade, caridade para com o outro, em especial, para com os menos favorecidos, que desempenhe algum tipo de trabalho dentro da própria comunidade em benefício dessa mesma comunidade (GUZMÁN; TORRE; NAVARRO, 2007).

A solidariedade foi pensada no PTS de forma unilateral, contava-se com a atitude solidária apenas da parte dos turistas, com a vontade deles, movida pelo espírito solidário, de atuar em prol da melhoria socioeconômica das localidades. Todavia, ancorar o sucesso do Programa numa concepção unilateral de solidariedade que, por alto, prioriza o turista, significa olvidar que a consecução do desenvolvimento sustentável implica o enfrentamento de problemas cuja solução demanda a solidariedade, a cooperação e a coesão dos diferentes grupos sociais envolvidos na ação coletiva voltada para a redução das desigualdades socioespaciais.

Se o desenvolvimento é fenômeno que resulta das relações humanas - são as pessoas que, com base no sonho, no desejo, na vontade, na adesão, nas decisões e nas escolhas, tornam o desenvolvimento possível -, sua indução pode até ocorrer de modo exógeno, mas a realização efetiva desse processo só sobrevém de modo endógeno. Logo, a adesão de agentes locais a pautas desenvolvimentistas depende da confiança que constitui uma das formas de manifestação do capital social. É esse tipo de capital social, a atmosfera geral de confiança, que propicia o surgimento da chave mestra dos processos de desenvolvimento local: a cooperação. Sem confiança não há coesão social, sem coesão não existe cooperação, sem cooperação não há participação, sem participação não há o sustentáculo primordial da ação coletiva que visa o desenvolvimento sustentável e, portanto, não caberia esperar de um ambiente social cujos atores funcionam de modo atomizado as condições necessárias a esse mesmo desenvolvimento. Então, o êxito de ações coletivas desenvolvimentistas locais requer a mobilização de atores pertencentes às localidades; e a forma pela qual as relações humanas ganham corpo nas localidades constitui o principal determinante dessa mobilização.

Ao abrigo dessas reflexões sobre o PTS, sobre a importância dos padrões relacionais predominantes no ambiente social das localidades, sobre a associação direta entre os níveis positivos de confiança, coesão e cooperação e o desenvolvimento sustentável, cabe lançar mão do arcabouço teórico e metodológico da análise de redes sociais para averiguar o alcance explicativo da perspectiva relacional do capital social e de sua articulação com o problema da ação coletiva.

Problema da ação coletiva, análise de redes sociais e perspectiva relacional do capital social

De acordo com Olson (1965), o problema da provisão de um bem coletivo para toda a sociedade é análogo ao da satisfação dos interesses comuns ao grupo. Quando não há a possibilidade de fazer distinção entre os que contribuem e os que não contribuem com a realização do bem coletivo, a consequência é a de que os indivíduos não se sintam motivados a colaborar, porque guardam a expectativa de que outros contribuam no lugar deles. Se assim é, a racionalidade dos membros de um grupo não é bastante para que a ação coletiva resulte em bem coletivo, ou seja, o problema da ação coletiva se coloca quando a racionalidade individual não coincide com os interesses do grupo. Todavia, nem todos os relacionamentos interpessoais que pretendem a consecução do interesse comum implicam fracasso (MONASTÉRIO, 2010).

O sucesso ou fracasso da ação coletiva, conforme Olson (1965), encontra no número de membros de um grupo seu principal determinante: "é fácil ver que as dificuldades de provisão de um bem público crescem *pari passu* com o aumento do número de potenciais beneficiados no grupo" (MONASTÉRIO, p. 6, 2010). Ao passo que, em grupos pequenos, a parte do bem coletivo que cabe a cada um dos membros do grupo pode, quase sempre, ser superior aos custos totais relacionados à produção dele; em grupos grandes, a parcela do bem coletivo que toca a cada membro é pequena e,

por isso mesmo, o comportamento oportunista, neste caso, tende a prevalecer e a ação coletiva, a fracassar (MONASTÉRIO, 2010).

A limitação da teoria da ação coletiva proposta por Olson (1965) encontra-se, para Monastério (2010), no desconsiderar as relações sociais que existem entre os indivíduos, ou seja, na forma atomística de encarar a interação entre os indivíduos. Em face disso, é que a perspectiva epistemológica aberta por Granovetter (1973) leva em conta o contexto social no qual se inserem os indivíduos, sem, contudo, desconsiderar a racionalidade dos agentes. Varanda (2007) admite que o êxito da ação coletiva subentende necessariamente a mobilização dos atores e o compromisso deles com uma estratégia coordenada. No caso da mobilização, os laços fortes existentes entre os membros de um grupo constituem o principal determinante. Daí, “a identidade com o grupo só se concretiza em mobilização quando existem laços organizacionais que suportam essa participação” (VARANDA, et. al., 2015, p. 47). Quanto à coordenação, o problema se instaura no momento em que a ação concebida individualmente deve passar ao status de ação coletiva. É aí que os mecanismos de cooperação devem ser postos em prática para incentivar a participação de todos os membros do grupo.

As dinâmicas que subjazem aos processos de mobilização e coordenação, de acordo com Varanda et. al. (2015), são o resultado de forças que estão em constante tensão. Tensão essa que se origina da necessidade de investimentos relacionais distintos nas diferentes fases de desenvolvimento da ação coletiva. A abertura do sistema social ao exterior é um imperativo quando se tem em conta esse desenvolvimento, pois são os laços fracos (GRANOVETTER, 1973) que permitirão o acesso a recursos desconhecidos, tais como informações e ideias novas. Uma maior capacidade de coordenação das ações impõe a existência de redes mais coesas, nas quais os atores estão ligados por laços fortes, porque os custos do não cumprimento de normas são mais altos quando a rede é mais densa. Logo, o que permite a um sistema social se desenvolver e se manter no tempo são os processos de mobilização, por meio de laços fracos (bridging/brokerage), e os de coordenação, através dos laços fortes (closure) (VARANDA, et. al., 2015).

Se as relações sociais, laços fracos e fortes, podem contribuir, como querem Granovetter (1973, 1985), Coleman (1988), Burt (1992, 2000), Lin (2001), para lidar com o problema da ação coletiva, cabe lançar mão do arcabouço teórico e metodológico da análise de redes sociais para averiguar o alcance explicativo da perspectiva relacional do capital social quanto ao desenvolvimento da ação coletiva.

Rede social consiste num conjunto de pessoas ou de organizações interligadas por algum tipo relação. Ainda que o conjunto de pessoas ou de organizações seja o mesmo, tipos diferentes de relações dão margem a distintos tipos redes. Estruturas sociais dinâmicas e abertas, as redes podem crescer de forma ilimitada pela integração de novos atores que compartilham as mesmas regras, valores e objetivos; e permanecem estáveis se a taxa de mudança na topologia delas diminui à medida que o tempo passa ou se as oscilações prejudiciais por elas sofridas ocorrem dentro de certos limites.

A Análise de Redes Sociais lança luz sobre as interações humanas, considera as relações estabelecidas entre os atores sociais como blocos de construção da estrutura social e entende que o ambiente social se expressa pelos padrões ou regularidades presentes nessas relações. O foco analítico está voltado para as relações e estruturas sociais, ou melhor, para o padrão regular de relações entre as posições ocupadas pelos atores - estrutura social - e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada um dos atores na rede. Assim, a análise das propriedades estruturais das redes nas quais se inserem os atores intenciona dar conta do modo pelo qual o contexto social, os padrões de relacionamento influenciam o comportamento individual. A vantagem

do método está em oferecer novas interpretações para as dinâmicas e interações sociais, antes limitadas a atributos individuais (ABBOTT, 2020).

É a teia de relações sociais que, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de determinados comportamentos entre os atores integrantes dessa teia, constitui o capital social. Em conformidade com a Análise de Redes Sociais, a perspectiva relacional do capital social se desenvolveu com base em duas linhas de pesquisa diferentes: i) a que se funda na concepção de fechamento de rede (SIMMEL; WOLFF, 1950; GRANOVETTER, 1973); e ii) a que se serve do conceito de buracos estruturais (BURT, 2000). Essas duas principais perspectivas relacionais põem-se em harmonia pela seguinte proposição conceitual de Lin (2001): o capital social passa a ser tanto os recursos que estão presentes nas estruturas reticulares, tais como riqueza, poder e status, quanto a quantidade ou variedade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a esses recursos. Recursos esses aos quais Lin (2001) denomina de recursos de rede e de recursos de contato.

Uma vez que o capital social é criado nas estruturas reticulares e expressa a associação entre esse tipo de estrutura e os indivíduos nela estrategicamente posicionados, sua especificidade deriva, de modo genérico, da natureza das relações estabelecidas entre os atores sociais, individuais e coletivos. O capital social não se acumula na estrutura ou nos indivíduos de forma independente e, em razão disso, nem a estrutura nem os indivíduos podem exercer controle efetivo e independente sobre ele. Logo, o acesso a ele depende das disposições estruturais dos atores e das relações por eles estabelecidas nas redes. O capital social não pode ser produzido nem mantido individualmente, pois às conexões existentes entre as diferentes posições ocupadas pelos diversos atores reticulares estão a ele subordinadas (FAZITO; SOARES, 2011).

Se as redes, em sua instância objetivista, são, a um só tempo, expressão formal das regularidades encontradas nos padrões relacionais de atores concretos e topologias de interação social, porque servem à análise de situação e à análise das posições relativas dos atores e das relações objetivas entre essas posições; se o capital social pode ser entendido como o conjunto de recursos estratégicos ao qual os atores individuais e coletivos têm acesso em virtude das posições estruturais por eles ocupadas nas redes, então, esse tipo de capital se mostra visceralmente ligado à dinâmica das redes sociais: é nessa ligação que se encontra o trunfo "... teórico do conceito de capital social para explicar a capacidade de um grupo ou comunidade para produzir ação coletiva com eficácia" (PRATES *et. al* 2007, p. 50). Por isso mesmo, certos conceitos, métricas, técnicas e ferramentas específicas da Análise de Redes Sociais revelam-se úteis para captar o capital social.

Sobre o método

Para operacionalizar a concepção relacional de capital social e, com isso, aclarar a associação entre os desdobramentos do PTS e a ação coletiva no município do Serro, foi realizada uma pesquisa de campo para obter os dados de rede com informantes de todas as famílias que optaram por aderir ao Programa nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e no povoado de Capivari.

O conjunto de famílias que aderiram ao PTS, que investiram nas chamadas hospedagens domiciliares ou em algum tipo de atividade associada ao turismo, tais como artesanato, culinária, serviços de guias *etc.*, formou a base da amostragem. A identificação de cada uma das famílias fundamentou-se em material de divulgação do Programa fornecido pelo governo do estado de Minas Gerais, através do IDENE. Material esse que incluía o catálogo de produtos, o diagnóstico elaborado sobre as localidades e o site do PTS. Os trabalhos de campo, realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016 e de janeiro de 2017, permitiram, segundo essas informações

documentais, o reconhecimento das famílias: 9 em Capivari; 5 em Milho Verde e 5 em São Gonçalo. Definidas as famílias como base da amostragem, o critério para a escolha do informante de cada família foi o de deter o informante a responsabilidade pela condução das atividades ligadas ao Programa tanto na esfera familiar quanto na pública (BARBOSA, 2018).

A elaboração do questionário para apreender a topologia das redes sociais conformadas pela atividade turística em São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari baseou-se em estudo prévio sobre o próprio Programa e em informações consignadas em trabalhos desenvolvidos sobre o tema. Dois foram os subconjuntos de questões contempladas no questionário aplicado aos informantes: o primeiro subconjunto de questões destinou-se a obter alguns dados de atributo relativos ao informante, tais como, idade, sexo, escolaridade, ocupação, renda, religião, participação em associações, participação no PTS etc.; e o segundo serviu para captar as informações necessárias à elaboração da rede pessoal e parcial do informante.

Os componentes e os dados relacionais sobre essa rede pessoal parcial foram fornecidos pelo informante que indicou o nome de até cinco pessoas que compunham sua rede e com as quais ele manteve algum tipo de diálogo ou recebeu algum tipo de apoio sobre o Programa Turismo Solidário. A conformação da rede total foi obtida por meio das informações sobre a existência ou não de relações entre cada uma dessas cinco pessoas, o tipo de relação e o grau de proximidade entre elas cedidas também pelo informante.

Esse inventário de nomes gerado pelos informantes e das relações ponderadas de acordo com o grau de proximidade entre eles foi disposto no formato "(Edgelist1 ego alter [value])". Disposição dos dados relacionais nesse formato permitiu a representação das redes sociais por meio de grafos e a descrição da estrutura relacional dos atores através das métricas de capital social que, de acordo com sua índole explicativa e tipo de resultado gerado, situaram-se em três grupos: medidas de inserção estrutural, medidas de coesão e uma medida de intermediação. Quanto às medidas do primeiro grupo, foram utilizadas a centralidade de grau, que informa o número de atores com os quais um ator tem laços diretos, e a coparticipação em cliques, medida de rede que leva em conta o número de cliques dos quais toma parte um ator: os cliques correspondem a subgrupos de pessoas de determinada rede que compartilham laços fortes, diretos, frequentes, mútuos e positivos. No segundo grupo de medidas, encontram-se a densidade, que é a expressão do número de laços existentes como proporção do total possível de laços numa rede qualquer, e a distância geodésica, que corresponde à conexão mais eficiente entre dois atores na rede, isto é, à menor seqüência de laços (o menor passo) que conecta tais atores. Como medida de intermediação, foi empregada o Índice C, medida que revela as oportunidades de intermediação oferecidas pela estrutura reticular através da identificação de buracos estruturais, isto é, da ausência de ligações entre os atores da rede.

A análise de redes retira de dois subcampos da matemática, a teoria dos grafos e a álgebra matricial, os instrumentos para representar os padrões de laços entre os atores sociais. As matrizes relacionais elaboradas com os dados coletados na pesquisa de campo foram processadas pelo software Ucinet para obter as métricas de capital social; e a ferramenta, baseada em grafos, utilizada para manipulação e visualização das estruturas das reticulares foi o NetDraw.

Estruturas relacionais incompatíveis com o desenvolvimento sustentável no Serro?

As origens de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari remontam à descoberta do ouro em Minas Gerais, no início do século XVIII. Principal atividade econômica dessas localidades, a mineração entrou em decadência no século XIX, o que contribuiu para o declínio econômico delas e para a vulnerabilidade que vivenciam até hoje. Assim, as características paisagísticas e naturais da

porção meridional da cadeia do Espinhaço, onde se situam São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e Capivari, tornaram-se pano de fundo para políticas, programas e projetos que concebiam o turismo como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável.

A primeira iniciativa voltada ao desenvolvimento da atividade turística em Capivari foi conduzida, em 1998, por uma empresa privada – a operadora de ecoturismo Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas, com sede em Belo Horizonte. Por essa ocasião, Capivari já sofria uma série de dificuldades socioeconômicas decorrentes da decadência da mineração e das proibições legais ao garimpo e à extração de sempre-vivas, sobretudo, depois da implantação, também em 1998, das unidades de conservação: Parque Estadual do Pico do Itambé e Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes. Foi esse contexto adverso que predisps a comunidade de Capivari, em 2003, ao PTS. Todavia, a relativa importância assumida, ainda que momentaneamente, pela atividade turística em Capivari deveu-se mais à iniciativa privada do que ao Programa. A força e a alta capacidade de articulação que a operadora Andarilho da Luz tinha no povoado, fruto da forte influência do proprietário da empresa sobre os moradores e, conseqüentemente, sobre a realidade turística local, fez com que a mobilização e os esforços locais se voltassem predominantemente a essa proposta, em detrimento da política estatal (BARBOSA, 2018).

No distrito de Milho Verde, ao contrário do que acontecia em Capivari na época de implantação do PTS, o turismo já se mostrava como grande força externa, cujo impacto na dinâmica interna da comunidade se fazia sentir pelo menos desde os anos 1970. A economia do turismo se consolidou com tanta intensidade nas décadas posteriores que gerou transformações estruturais no campo social e nos modos de apropriação territorial em Milho Verde. A atividade turística no distrito esteve mais associada ao movimento operado pelos turistas do que a organização prévia da própria comunidade. No entanto, com o crescente aumento do fluxo de turistas, nas décadas de 1970 e 1980, surgiram pequenas pousadas cujos proprietários eram os próprios moradores. O caráter menos impactante desse turismo “alternativo” perdurou até o início dos anos 1990, quando, ao entrar na rota de destinos turísticos regionais e nacionais, o distrito passou a atrair um maior número de turistas e de visitantes de perfil mais diversificado. Os conflitos inerentes ao próprio crescimento da atividade turística e o quadro econômico adverso que pesava sobre a população de Milho Verde, em razão das proibições legais de atividades tradicionais como o garimpo e o extrativismo vegetal, encontrariam, de acordo com o governo estadual mineiro, o caminho possível para o desenvolvimento local na adesão ao PTS. O insuficiente apoio por parte do governo e a falta de maior envolvimento e diálogo entre os gestores e os próprios moradores fizeram com que o Programa não vingasse em Milho Verde (BARBOSA, 2018).

Em São Gonçalo, a primeira leva de visitantes chegou ao distrito ainda na década de 1960, motivados pela preservação de seu patrimônio e de suas belezas paisagísticas (SANTIAGO, 2006). Ao longo dos anos, os turistas começam a demandar alguns serviços, tais como hospedagem, refeições e bares que, em larga medida, passaram a ser prestados por pessoas nascidas na localidade ou na região. Ao contrário do que ocorreu no distrito vizinho de Milho Verde, a configuração territorial de São Gonçalo não sofreu alterações profundas: as primeiras edificações, datadas dos séculos XVIII e XIX e localizadas nos Largos do Félix, do Rosário e do Comércio, ainda guardam características originais. Noutras áreas do distrito, o processo de expansão urbana, iniciado nos anos 1980 e intensificado na década seguinte, mostrou-se fortemente associado ao fomento do turismo por alguns programas do governo, entre eles, o PTS. O grupo de pessoas que aderiu ao PTS em São Gonçalo era formado exclusivamente por mulheres; e pouca menção foi feita à operadora Andarilho da Luz, por causa da baixa inserção do proprietário da empresa na rede social do turismo do distrito.

Para apreender o capital social circulante nas redes sociais das famílias que aderiram ao PTS tanto nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e de Milho Verde quanto no povoado de Capivari e, com isso, examinar os vínculos entre esse mesmo tipo de capital e o fenômeno da ação coletiva, as métricas relacionais que se mostram mais apropriadas são: densidade, distância geodésica, centralidade de grau, coparticipação em cliques e Índice C.

Entre as medidas que dão a conhecer as propriedades básicas das redes sociais estão a densidade e a distância geodésica. A densidade existente entre os integrantes de determinada população muito pode contribuir para entender a dinâmica da estrutura social: onde existem altas taxas de conexão, as doenças e os rumores se espalham mais rapidamente, além do que a possibilidade de mobilizar recursos e o acesso a múltiplos dispositivos para a resolução de problemas são maiores. A distância geodésica entre dois atores de uma rede corresponde ao número de relações que estabelece o caminho mais curto entre eles. Este tipo de caminho, caminho geodésico, desempenha importante papel na dinâmica de circulação das informações dentro das redes.

Conforme registra a Tabela 1, em Capivari, a densidade da rede era baixa, pois os laços efetivamente presentes correspondiam a 33% dos laços possíveis. Já em Milho Verde e São Gonçalo, os percentuais foram maiores: 47% naquele caso e 50% neste.

Tabela 1 – Densidade e Número de Laços em Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro-MG, 2018

Localidade	Densidade	Número de Laços	Desvio Padrão	Grau Médio
Capivari	0,33	155	0,47	7,04
Milho Verde	0,47	74	0,49	5,69
São Gonçalo	0,50	50	0,50	5

Fonte – Barbosa, 2018

A aparente incongruência entre a baixa densidade da rede social de Capivari e o maior número de laços nela presentes, 155, em comparação com a de Milho Verde, 74, e a de São Gonçalo, 50, encontra explicação na existência, nessa mesma rede de Capivari, de atores externos, periféricos e secundários que poucos vínculos estabeleceram com os demais. Em Milho Verde, a densidade da rede assentou base nas relações estabelecidas pelos atores locais e pela forte influência exercida pelo ator mais central da rede, que por sua vez, mantinha relação de estreita proximidade com o principal articulador da ideia de turismo solidário no distrito. Já a maior densidade da rede social de São Gonçalo vincula-se, em especial, ao fato de ela se encontrar circunscrita aos moradores locais que se uniam, sobretudo, por laços de parentesco. Além disso, o poder se apresentava mais bem distribuído entre os atores que compõem a trama reticular são-gonçalense ligada ao turismo solidário (BARBOSA, 2018).

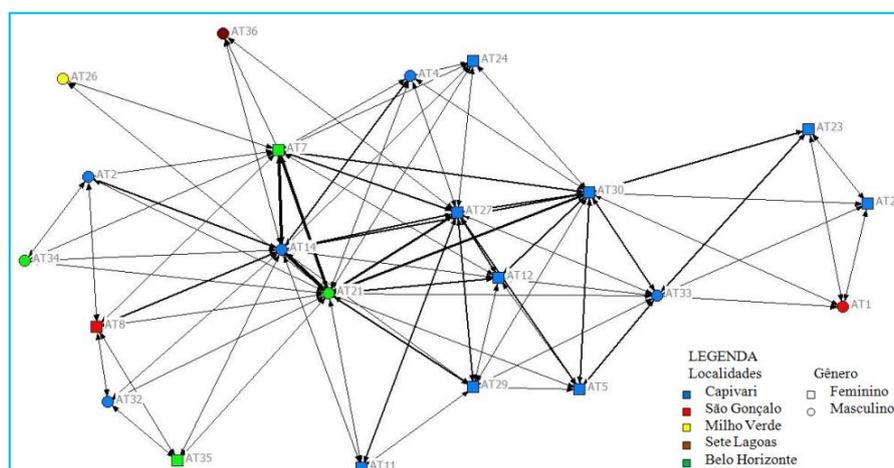
As distâncias geodésicas médias, nas redes sociais de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari, eram pequenas e havia entre todos os pares de atores um caminho mais curto. Isso significa que as redes se encontravam amplamente conectadas e cada um dos atores podia ser acessado por todos os outros componentes de sua respectiva rede. Daí a proposta relativa ao turismo solidário se deu num ambiente relacional favorável à sua difusão, ainda que não tenha ocorrido uma adesão plena à proposta pelos moradores das três localidades.

A métrica relacional que identifica o nível de inserção estrutural dos atores na rede e, portanto, os que possuem papel de maior relevância na dinâmica social, maior poder, é a centralidade de grau. Essa medida sugere que atores que possuem mais laços com outros atores estão em posição

vantajosa, pois a maior acessibilidade aos recursos presentes na rede que desfrutaram esses atores confere a eles mais independência.

O sociograma da rede social de Capivari (Figura 2) mostra que essa rede era constituída de 22 pessoas, entre as quais 14 eram moradoras do povoado, e as demais, de outras localidades. Ao passo que os atores AT21, AT14, AT30 e AT24 ocupam posições centrais na configuração reticular, AT8 situa-se, no lado inferior esquerdo do sociograma, em posição mais periférica. A centralidade do proprietário da empresa Andarilho da Luz (AT21), que difundiu a proposta do turismo solidário em Capivari, revela a forte inserção estrutural dele na rede desse povoado. De fato, AT21 possuía laços diretos de saída com 81% dos demais atores da rede e 81% dos componentes da rede mantinham laços diretos de entrada com ele (BARBOSA, 2018). A proeminência que essa posição estrutural conferia a AT21 na rede manifestava-se pelos muitos canais de troca que se abriam para ele, o que potencializava a difusão de suas ideias pela comunidade e, com isso, a grande influência que ele podia exercer sobre os demais. Por certo, a forte inserção social de AT21, os contatos diretos desse ator com os demais componentes da rede foram fundamentais para garantir o apoio social da comunidade ao incremento do turismo solidário no povoado. (BARBOSA, 2018).

Figura 2 - Rede social de Capivari, Serro/MG, 2018



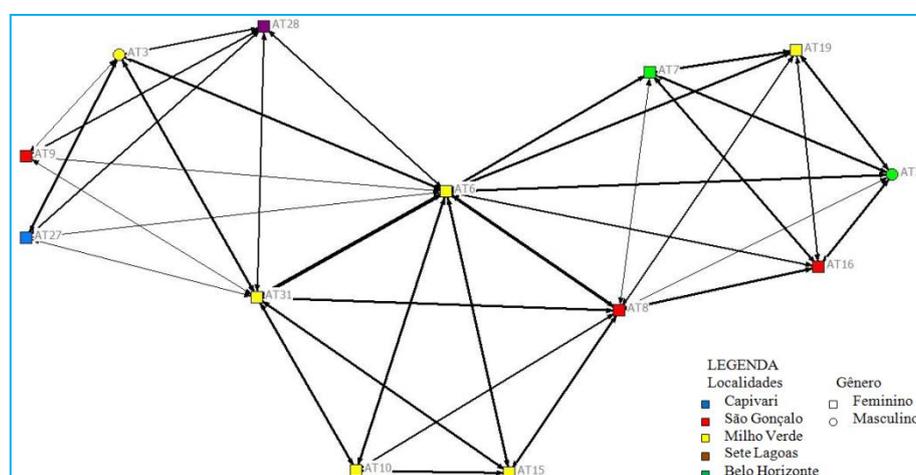
Fonte: BARBOSA, 2018

Papel relevante também desempenharam os atores AT14 e AT30 para que o turismo solidário encontrasse meios de se estabelecer em Capivari: foram eles os principais articuladores e mobilizadores da comunidade em prol da atividade turística (BARBOSA, 2018). A alta centralidade de grau desses atores (Figura 1) vai ao encontro dessa assertiva: AT14 mantinha laços diretos de entrada e de saída com 71% dos demais atores da rede, e AT30 possuía laços diretos de entrada e de saída com 61% deles. Durante a vigência do PTS, esses atores detiveram os principais papéis de liderança na comunidade, participaram ativamente da associação comunitária local e, ao longo dos anos, tornaram-se referência para os que chegavam a Capivari, pois foram seus receptivos familiares que mais receberam turistas (BARBOSA, 2018).

A baixa centralidade de grau do principal ator vinculado ao PTS (AT8), que dispunha de laços diretos de entrada e de saída com 28% dos componentes da rede, informa a modesta inserção estrutural dele na rede de Capivari. E é justamente essa modesta inserção estrutural de AT8 que responde, em larga medida, pelo baixo envolvimento direto dos moradores do povoado com o PTS.

Como se nota na Figura 3, a rede social de Milho Verde, composta por 13 pessoas, estrutura-se, basicamente, em torno do ator AT6 que está no centro da dinâmica reticular. O representante do poder público (AT8) e o representante da iniciativa privada (AT21), proprietário da empresa Andarilho da Luz, que foram os precursores da ideia de turismo solidário no distrito, ocupam posições mais periféricas na estrutura da rede. A baixa centralidade de grau de AT8, que detinha laços diretos de entrada e saída com 29% dos atores da rede social, foi um dos impeditivos para o desenvolvimento da proposta governamental no distrito. Ademais, a inserção estrutural do proprietário da empresa Andarilho da Luz (AT21), em Milho Verde, ficou muito aquém da inserção estrutural do proprietário da mesma empresa em Capivari: AT21 mantinha, em Milho Verde, vínculos de entrada e de saída com apenas 19% dos integrantes da rede. Somam-se aos fatores que prejudicaram o andamento de ações propícias ao sucesso do turismo solidário em Milho Verde os conflitos e desavenças que ocorreram entre AT8 e AT21 (BARBOSA, 2018).

Figura 3 - Rede social de Milho Verde, Serro/MG, 2018

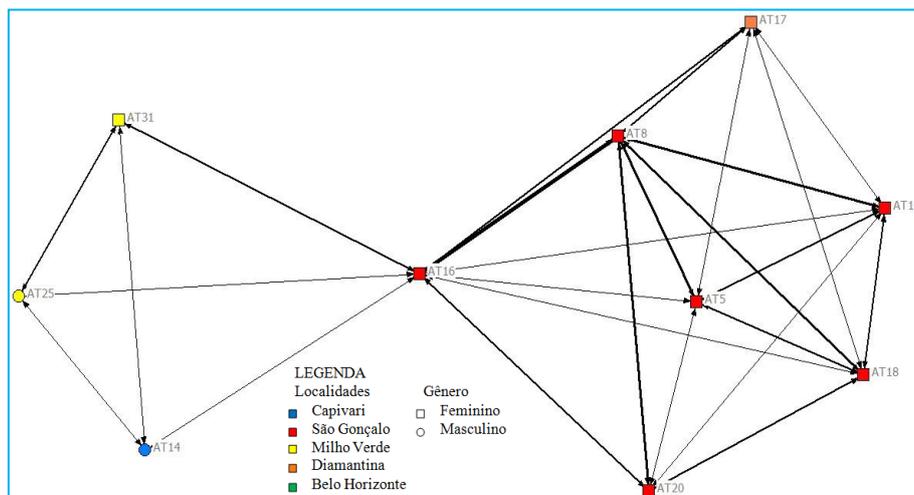


Fonte: BARBOSA, 2018

O ator com maior centralidade de grau nessa rede, AT6, que detinha 50% de laços de entrada com os demais atores da rede e, 48% dos laços de saída, foi o que mais se envolveu com o turismo solidário, sobretudo no que se refere às ações vinculadas à iniciativa privada, em razão das estreitas relações de proximidade que conservava com AT21. Além disso, no decorrer do período de funcionamento do PTS, AT6 se envolveu em conflitos com o representante do poder público, AT8, o que levou, em virtude do prestígio e da forte influência exercida por ele na rede e da falta de motivação dos moradores, ao enfraquecimento das ações voltadas ao incremento do turismo solidário em Milho Verde (BARBOSA, 2018).

Ao contrário do que ocorreu em Capivari e Milho Verde, nenhum ator da iniciativa privada integrava a rede social de São Gonçalo do Rio das Pedras. O sociograma que representa a rede social do distrito (Figura 4) evidencia dois componentes: o que se compõe dos três atores situados no lado esquerdo e o componente que compreende os seis atores localizados no lado direito do sociograma. O ator AT16 ocupa na rede posição estrutural de suma relevância, porque é ele que articula o fluxo relacional entre os atores de um e de outro componente reticular: se AT16 fosse removido da rede, ocorreria uma desconexão estrutural.

Figura 4 - Rede social de São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro/MG, 2018



Fonte: BARBOSA, 2018

As estreitas relações estabelecidas entre a representante do poder público, AT8, então moradora do distrito, e as moradoras locais comprometidas com o PTS certamente contribuíram para que essa política tivesse aí um terreno mais favorável para se desenvolver. Uma rede reduzida e mais circunscrita aos moradores (Figura 3), quando comparada às redes das outras duas localidades, e a alta inserção estrutural de AT8 outorgaram a essa representante do poder público a capacidade de levar os demais integrantes a agir de acordo com seus propósitos e interesses: AT8 conservava laços diretos de entrada e de saída com 66% dos outros componentes reticulares.

Por manter conexões diretas de entrada e de saída com 88% dos atores da rede de São Gonçalo, AT16, moradora do distrito que detinha a maior centralidade de grau, ocupava uma posição estrutural que lhe conferia um papel de liderança na comunidade. Além disso, a relação de proximidade entre AT16 e AT8, de certo, contribuiu para potencializar o nível de influência delas nas ações relativas ao PTS. Vale notar que, apesar da alta inserção estrutural de AT16 e de AT8 na rede social são-gonçalense, foi baixa a adesão dos moradores às propostas do PTS, sobretudo, por causa das conflitantes relações estabelecidas, ao longo dos anos, entre a representante do poder público e parte da comunidade que não se envolveu com a implantação do turismo solidário no distrito (BARBOSA, 2018).

A coparticipação em cliques consiste na perspectiva analítica da estrutura social que se ancora no pressuposto de que a solidariedade e a conexão de grandes estruturas resultam de componentes pequenos e coesos que recebem o nome de “cliques”. Dado que as medidas de coparticipação em cliques e de centralidade estão correlacionadas positivamente, cabe, então, esperar que os atores com maiores centralidades de grau sejam também os que possuem maior coparticipação em cliques. Ora, é exatamente isso que se verifica nas três localidades: as lideranças de cada localidade, reveladas pelas medidas de centralidade de grau, foram, também, os atores que responderam pela maior coparticipação em subgrupos (BARBOSA, 2018).

Em Capivari, foram encontrados onze cliques conectados entre si. O proprietário da empresa (AT21) e o ator mais ativo na rede (AT14), morador local, pertencem a vários subgrupos e desempenham papel importante na conexão entre esses diferentes subgrupos e na articulação com os atores que se ocupam do turismo solidário. A presença desses atores na composição de diferentes cliques revela, pois, a proximidade deles com quase todos os atores rede. Já a reduzida

participação em cliques do representante do poder público, AT8, evidencia, mais uma vez, a pequena influência desse ator no povoado e sua baixa capacidade de mobilização (BARBOSA, 2018).

Quatro cliques se deram a conhecer em Milho Verde, e apenas o ator mais central da rede, AT6, participava de todos eles, o que revela o prestígio desse morador do distrito na trama reticular. O representante do poder público, AT8, participava de dois cliques ao passo que o da iniciativa privada, AT21, comparecia em apenas um. No entanto, apesar da maior coparticipação em cliques de AT8 em relação a AT21 na rede de Milho Verde, vale repisar a grande influência exercida pelo proprietário da empresa Andarilho da Luz, AT21, na condução das ações pertinentes ao turismo solidário no distrito, em virtude da estreita proximidade por ele mantida com AT6, ator de maior centralidade nessa rede (BARBOSA, 2018).

Na rede social de São Gonçalo, formaram-se três subgrupos e nenhum dos componentes da rede participava de todos eles. Em dois desses três subgrupos, constituídos exclusivamente por atores locais, encontravam-se os atores mais fortemente conectados já que, de modo geral, ocorria a justaposição deles em pelo menos um clique. Ademais, os agentes externos conformaram um subgrupo no qual a única justaposição verificada era a da moradora local, AT16, a mais ativa na rede (BARBOSA, 2018).

Tendo em conta os mapas relacionais de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari, verifica-se, pela métrica da coparticipação em cliques, que a articulação entre atores pertencentes a cada uma dessas distintas localidades foi apenas parcial e secundária, ou seja, as conexões entre os componentes das redes sociais não ultrapassaram, grosso modo, os limites das circunscrições territoriais correspondentes a São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari (BARBOSA, 2018).

As estruturas sociais impõem mais restrições, conferem formas de autonomia e mais poder a certos indivíduos do que a outros. A descrição dessas estruturas serve, em especial, para dar conta: i) das restrições que a estrutura impõe ao comportamento dos atores; ii) da forma pela qual esses atores lidam com essas restrições; e iii) dos processos de reestruturação que daí decorrem Lazega e Higgins (2014). Com o propósito de captar os níveis de autonomia e de restrições estruturais, Burt (1992) complementa a noção de laços fracos e pontes locais de Granovetter (1973) com o conceito de buracos estruturais. São os buracos estruturais que definem linhas de divisão ou clivagem na rede, sinalizam como a rede pode ser decomposta em unidades menores e, em razão disso, fornecem as condições estruturais para o surgimento de intermediários, *brokers*. Estreitamente vinculado à ausência de ligações entre os atores da rede, buracos estruturais, o Índice C identifica os atores que ocupam posições vantajosas na rede quanto à obtenção de informações privilegiadas e ao controle do fluxo de informações ou de recursos. Dado que a variação dessa métrica relacional é inversamente proporcional ao número de buracos estruturais; logo, quanto menor for o Índice C de um ator qualquer, maior será sua capacidade de intermediação de recursos simbólicos e materiais na rede.

O ator com maior grau de autonomia, AT21, cujo Índice C é de 0,2 (Tabela 2), foi o que levou a proposta de turismo solidário aos demais atores da rede Capivari. O arranjo social que se conformou em torno da proposta mostrou o quão indispensável foi esse ator na forma pela qual a atividade turística foi conduzida nesse povoado: em virtude de sua posição estrutural, AT21 garantiu que suas ideias se difundissem e obtivessem maior aceitação entre os moradores locais. A significativa quantidade de buracos estruturais existentes nessa rede constitui indicativo da baixa articulação entre boa parte de seus integrantes; assim, os atores que possuíam maior grau de autonomia em Capivari revelaram-se os mais ativos na rede porque estabeleciam conexões com fontes não redundantes de informação e ocupavam posições estruturais de intermediação com atores que se posicionavam nas extremidades da rede. Além disso, como esperado, o representante do poder

público, AT8, não conseguiu desempenhar um papel de relevância no contexto turístico local por causa da sua baixa autonomia e da sua pequena capacidade para estabelecer ligações com outros atores e seus respectivos grupos.

Tabela 2 – – Índice C – Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro-MG, 2018

Localidades							
Capivari				Milho Verde		São Gonçalo	
Ator	Índice C	Ator	Índice C	Ator	Índice C	Ator	Índice C
AT1	0,57	AT26	0,57	AT3	0,53	AT5	0,52
AT2	0,40	AT27	0,25	AT6	0,27	AT8	0,52
AT4	0,35	AT29	0,31	AT7	0,54	AT13	0,52
AT5	0,36	AT30	0,23	AT8	0,37	AT14	0,78
AT8	0,38	AT32	0,49	AT10	0,51	AT17	0,53
AT11	0,39	AT33	0,30	AT15	0,51	AT16	0,35
AT12	0,30	AT34	0,42	AT16	0,54	AT18	0,52
AT14	0,22	AT35	0,49	AT19	0,54	AT25	0,78
AT21	0,20	AT36	0,46	AT21	0,54	AT20	0,56
AT22	0,57	-	-	AT27	0,53	AT31	0,78
AT23	0,57	-	-	AT28	0,53	-	-
AT24	0,35	-	-	AT31	0,37	-	-

Fonte – Barbosa, 2018

Na rede de Milho Verde, a quantidade de buracos estruturais também se mostrou alta, o que, como ocorre em Capivari, resultou em baixa capacidade de articulação e mobilização local com respeito à consecução do PTS no distrito. A baixa autonomia do representante da iniciativa privada, AT21, um dos principais idealizadores da proposta do turismo solidário, vai ao encontro do valor do Índice C correspondente a ele, 0,54 (Tabela 2), o que denota o constrangimento reticular a que estava submetido e, portanto, a sua limitação estrutural para levar a comunidade a atuar de acordo com os objetivos da proposta. O Índice C de AT6, 0,27, torna evidente o potencial de controle que essa moradora do distrito tinha sobre os integrantes da rede e, por consequência, sua capacidade de difundir ou conter as ações de incremento do PTS.

A rede social são-gonçalense também comportava muitos buracos estruturais que conferiram a AT16, moradora do distrito e depositária do menor valor para o Índice C, 0,35 (Tabela 2), uma posição estrutural de prestígio e liderança na conformação dessa rede e na condução da atividade turística no distrito. Embora a capacidade de intermediação da representante do poder público, AT8, estivesse aquém da de AT16, pois o seu Índice C ficou na casa de 0,52, a posição estrutural por ela ocupada conferiu-lhe certa autonomia em relação aos demais componentes da rede. Assim, AT8 e, em especial, AT16 serviram-se de suas respectivas posições estratégicas para difundir o PTS. Para AT13, AT17 e AT20, atores da rede residentes em São Gonçalo, o Índice C foi praticamente o mesmo, pouco superior a 0,5, o que significava maiores constrangimentos estruturais e, em vista disso, menor autonomia na condução das ações locais por parte desses são-gonçalenses.

Considerações finais

O recurso à perspectiva relacional sobre o capital social serviu, neste artigo, ao objetivo de verificar a aderência dos integrantes das redes sociais de São Gonçalo do Rio das Pedras, de Milho

Verde e de Capivari aos propósitos do Programa Turismo Solidário; aderência essa expressa pelos níveis de solidariedade, isto é, de coesão dos atores mais diretamente envolvidos na ação coletiva direcionada à consecução do desenvolvimento sustentável.

Daí, as métricas atinentes ao capital social utilizadas para captar os níveis de coesão nas três localidades do município do Serro permitiram divisar ambientes sociais propícios à difusão das propostas contidas no PTS. Ao passo que as densidades das redes sociais de São Gonçalo do Rio das Pedras, de Milho Verde e de Capivari não eram altas; as distâncias geodésicas médias revelaram-se pequenas e todos os pares de atores em todas as três redes estavam ligados por um caminho mais curto. No entanto, apesar de o meio relacional manifestar-se favorável à difusão do turismo solidário, não ocorreu, da parte dos moradores, uma adesão plena ao PTS.

As medidas de inserção estrutural e a medida de intermediação iluminam essa aparente contradição. No primeiro caso, a baixa centralidade de grau de AT8, representante do poder público e principal ator quanto à manutenção de estreitos vínculos com PTS, respondeu, em boa medida, pelo reduzido envolvimento direto dos moradores de Capivari com o Programa. Algo semelhante, na perspectiva relacional, ocorreu em Milho Verde: os precursores da ideia de turismo solidário nesse distrito, AT8 e AT21, representante do poder público e da iniciativa privada, respectivamente, pouca expressão mantinham na estrutura social em virtude da baixa centralidade de grau de que eram detentores. Além desse fator, as desavenças ocorridas entre AT8 e AT21 e as divergências que se deram entre AT8 e AT6, morador do distrito com maior centralidade de grau e, por isso mesmo, possuidor de alto prestígio na trama reticular, prejudicaram o bom andamento de ações que podiam levar ao êxito do turismo solidário em Milho Verde. Em São Gonçalo, a despeito da alta inserção estrutural de AT16 e de AT8, que a eles conferia papel de liderança na rede social são-gonçalense, a baixa adesão dos moradores às propostas do PTS resultou, sobretudo, das conflitantes relações estabelecidas entre a representante do poder público, AT8, e parte da comunidade que poderia ter-se envolvido com a implantação do turismo solidário no distrito.

Ainda quanto à inserção estrutural, a coparticipação em cliques pôs em evidência que o representante do poder público, AT8, em Capivari, fazia parte de um reduzido número de cliques, daí, sua baixa capacidade de mobilização dos demais componentes da rede em favor da realização dos objetivos do PTS. No distrito de Milho Verde, a importância do morador AT6 se viu confirmada, porque esse ator esteve presente em todos os cliques, ao passo que o representante do poder público, AT8, participava de dois cliques e o da iniciativa privada, AT21, de apenas um. Logo, os conflitos que se instalaram entre AT8 e AT6 obstruíram circuitos de trânsito na esfera relacional, o que, muito provavelmente em razão disso, dificultaram a plena execução das propostas do turismo solidário. Em suma, a métrica da coparticipação em cliques revelou que as relações entre os componentes das redes sociais dessas três localidades não ultrapassaram as circunscrições territoriais correspondentes a cada uma delas. Vale lembrar que o êxito do PTS demandava a articulação entre as redes sociais pertencentes a São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari.

As probabilidades de intermediação oferecidas pela estrutura reticular nas três localidades se deram a conhecer pelo Índice C. No povoado de Capivari, verificou-se a baixa articulação entre boa parte dos integrantes da rede por efeito da grande quantidade de buracos estruturais que ela comportava. Dessa forma, a reduzida autonomia e a pequena capacidade para estabelecer ligações com outros atores e seus respectivos grupos impediram AT8 de desempenhar papel de realce no contexto turístico local. Muito alta era, também, a quantidade de buracos estruturais na rede social de Milho Verde, o que resultou em baixa capacidade de articulação e mobilização local com respeito à implantação do PTS nesse distrito. Além disso, o baixo Índice C da moradora AT6 tornou evidente a capacidade dela para difundir ou para conter as ações de incremento do PTS. Em São Gonçalo, a

situação não foi diferente, pois a estrutura reticular expôs as modestas probabilidades de articulação entre os componentes da rede por causa da ausência de laços entre eles. A posição estrutural outorgante de maior prestígio e liderança na condução da atividade turística na rede são-gonçalense era ocupada pela moradora AT16, possuidora do menor valor para o Índice C.

Enfim, os conflitos que se deram entre os atores que ocupavam, nas redes de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari, posições estruturais de crucial relevância na consecução do PTS, a insuficiência de capital social dos atores responsáveis pela implantação do Programa, em especial a dos representantes do poder público local, e a contenção das redes sociais à circunscrição territorial de cada uma das localidades obstruíram os mecanismos que deveriam ser postos em prática para incentivar a cooperação intra e inter-redes sociais. Associadas a esses fatores, a unilateralidade com que a solidariedade foi tratada no PTS - ao priorizarem atitude solidária apenas da parte dos turistas, os elaboradores do Programa se esqueceram de que o desenvolvimento sustentável requer a solidariedade, a cooperação e a coesão dos diferentes grupos sociais envolvidos na ação coletiva -, e a imposição de um tipo de prática turística de natureza competitiva até então desconhecida em São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Capivari responderam pela incoesão das redes sociais nessas localidades mineiras e, com isso, pelo insucesso do PTS.

Referências

- ABBOTT O. (2020) An Overview of Relational Sociology. In: The Self, Relational Sociology, and Morality in Practice. Palgrave Studies in Relational Sociology. Palgrave Macmillan.
- BARBOSA, Maria Flávia Pires (2018) Turismo solidário, capital social e desenvolvimento no município do Serro - Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BURT, R. (1992) Structural holes. Chicago: University of Chicago Press.
- BURT, R. (2000) The Network Structure of Social Capital. *Research in Organizational Behavior*, v. 22, p. 345-423.
- COLEMAN, J. S. (1988) Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, p. 95-120.
- FAZITO, D.; SOARES, W. (2011) Capital Social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, p. 219-241.
- GRANOVETTER, M (1973) The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, n. 6, p. 1360-1380.
- GRANOVETTER, M. (1985) Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, p. 481-510.
- GUZMÁN, T. J. L.; TORRE, G. M. V.; NAVARRO, A. M. (2007) Turismo Solidário: una perspectiva desde la Unión Europea. *Gestión Turística*, Chile, n.8, p. 85-104.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2006). Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apu_racao/default.shtm> Acesso em: 20 jan. 2017
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- LAZEGA, E. e HIGGINS, S.S. (2014) Redes Sociais e Estruturas Relacionais. Belo Horizonte: Ed. FinoTraço.
- LIN, N. (2001) Building a Network Theory of Social Capital. In: LIN, N. et al. (orgs.). *Social Capital: theory and research*. New York: Aldine de Gruyter Editors, p. 3-29.
- LUCHIARI, M. T. D. P. (2002) Turismo e Território: sustentabilidade para que? In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (orgs.). *Redescobrimos a Ecologia no Turismo*. Caxias do Sul: Educs, p. 111-125.
- MONASTERIO, L. M. (2010) Escolha racional e ação coletiva: problemas e soluções. *Revista da Associação Mineira de Direito e Economia*, v. 3, p. 1-28.
- OLSON, M. (1965) The Logic of Collective Action. Cambridge: Harvard University Press.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2013). Brasília: Organização das Nações Unidas. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Organização das Nações Unidas. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 7 março 2015.
- PRATES, A.A.P.; CARVALHAES, F.A. de O.; SILVA, B.F.A. (2007) Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares. In: AGUIAR, N. *Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 47-59.
- RIBEIRO, E. M. et al. (2004) Agricultura Familiar, Cultura Local e Políticas Públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha. In: Anais XI Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina. CEDEPLAR/UFMG. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/bookchap/cdpdiam04/200432.htm>> Acesso em: 18 set. 2009.

SIMMEL, G.; WOLFF, K. H. (1950) *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: Free Press.

VARANDA, M. P (2007) Acção Colectiva entre Pequenos Empresários: uma análise de redes sociais. *Análise Social*, Lisboa, n.182, p. 207-230.

VARANDA, M. P.; FONTES, B.; REGO, R.; EICHNER, K. (2015) A Comunidade Científica de Analistas Lusófonos de Redes Sociais: qual o potencial para a ação coletiva? *Estudos de Sociologia*, Recife, n. 21, p. 43-73.